



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLIX - Nº 10

QUARTA-FEIRA, 26 DE JANEIRO DE 1994

BRASÍLIA - DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 19ª SESSÃO, EM 25 DE JANEIRO DE 1994

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Comunicação

— Do Senador Elcio Alvares, comunicando o seu afastamento das atividades desta Casa, a fim de assumir o Cargo de Ministro de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo, a partir do dia 25 de janeiro do ano em curso.

1.2.2. — Comunicação da Presidência

Término do prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

— Projeto de Resolução nº 15, de 1994, que autoriza a Prefeitura Municipal de Sapopema — PR, a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. — BANESTADO, no valor de CR\$23.800.000,00, a preços de outubro/93, utilizando recursos do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU; sendo que ao mesmo não foi oferecida emenda.

— Projeto de Resolução nº 16, de 1994, que autoriza a Prefeitura Municipal de Ubatuba — PR, a contratar operação de crédito interno junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. — BANESTADO, no valor de CR\$75.300.000,00, a preços de setembro/93, para execução de projetos de infra-estrutura urbana; sendo que ao mesmo não foi oferecida emenda.

— Projeto de Resolução nº 17, de 1994, que autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Negro-PR a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. — BANESTADO, no valor total de CR\$61.400.000,00,

a preços de outubro de 1993, utilizando recursos do PEDU; sendo que ao mesmo não foi oferecida emenda.

— Projeto de Resolução nº 18, de 1994, que autoriza a Prefeitura Municipal de Cafelândia — PR, a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. — BANESTADO, no valor de CR\$22.000.000,00, a preços de agosto de 1993, utilizando recursos do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU; sendo que ao mesmo não foi oferecida emenda.

— Projeto de Resolução nº 19, de 1994, que autoriza a Prefeitura Municipal de Enéas Marques — PR, a contratar operação de crédito interno junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. — BANESTADO, no valor de CR\$5.300.000,00, a preços de outubro/93, para execução de projetos de infra-estrutura urbana; sendo que ao mesmo não foi oferecida emenda.

— Projeto de Resolução nº 20, de 1994, que concede à Prefeitura Municipal de Tamboara — PR, a elevação temporária dos limites fixados no art. 3º da Resolução nº 36, de 1992, do Senado Federal, com vista a contratação de operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. — BANESTADO, no valor de CR\$3.850.000,00, a preços de maio de 1993, utilizando recursos do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU; sendo que ao mesmo não foi oferecida emenda.

— Projeto de Resolução nº 21, de 1994, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências; sendo que ao mesmo foi oferecida uma emenda.

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****MANOEL VILELA DE MAGALHÃES**

Diretor Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MATA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

ILIZ CARLOS BASTOS

Diretor (Industria)

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUÇA

Diretor Adequado

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestre: Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

1.2.3 — Ofícios

— Da Liderança do PPR, no Senado Federal, de indicação dos Senadores que exercerão os cargos de Vice-Líderes do Partido.

— Nº 520/94, do Presidente da CPMI/Orçamento, apresentando as conclusões daquele órgão técnico, bem como, solicita que seja cientificado o Exmº Sr. Presidente da Câmara dos Deputados do teor e da conclusão dos trabalhos da referida comissão.

1.2.4 — Discursos do Expediente

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Homenagem à memória do Deputado Federal Manoel Novaes.

SENADOR RONAN TITO — Críticas ao distanciamento do Legislativo de sua função precípua, priorizando a instalação de CPI em detrimento da Revisão Constitucional.

1.2.5 — Requerimento

— Nº 33, de 1994, de autoria do Senador José Eduardo, solicitando que sejam considerados, como licença autorizada, os dias 27, 29 e 30 de dezembro de 1993; e, 3, 5, 10, 13 e 17 de janeiro corrente. Votação adiada por falta de quorum.

1.2.6 — Comunicações da Presidência

— Recebimento do Ofício nº S/31, de 1994 (nº 456/94, na origem), do Banco Central do Brasil, solicitando autorização para que a Prefeitura Municipal de Casca — RS, possa contratar operação de crédito para os fins que especifica.

— Recebimento do Ofício nº S/32, de 1994 (nº 29/94, na origem), do Governo do Estado de Goiás, solicitando autorização para contratar operação de crédito para os fins que especifica.

— Recebimento do Ofício nº 488/94, do Banco Central do Brasil, encaminhando a relação das Antecipações de Receita Orçamentária analisadas no período de 3 a 14 de janeiro do corrente ano.

— Recebimento do Ofício nº 489/94, de 21 do corrente, do Banco Central do Brasil, encaminhando a complementação dos documentos necessários à instrução do Ofício S/56, de 1993.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Resolução nº 6, de 1994, que autoriza a Prefeitura Municipal de Campina da Lagoa — PR, a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. — BANESTADO, no valor de treze milhões e quinhentos mil cruzeiros reais, destinados a obras de infraestrutura urbana naquela Municipalidade. Discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de quorum.

Projeto de Resolução nº 7, de 1994, que autoriza a Prefeitura Municipal de Eugênio de Castro — RS, a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. — BANRISUL, no valor total de oito milhões, trezentos e noventa e oito mil, duzentos e oitenta e oito cruzeiros reais e setenta centavos, a preços de setembro de 1993, utilizando recursos do FUNDOPIMES. Discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de quorum.

1.3.1 — Discurso após a Ordem do Dia

SENADOR MAGNO BACELAR — Associando-se às homenagens prestadas na sessão de ontem à pessoa do Senador Elcio Alvares, que afastou-se dos trabalhos da Casa para assumir a pasta do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo.

1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão**1.4 — ENCERRAMENTO****2 — CONSELHO DE SUPERVISÃO DO PRODASEN**
Ata da 137ª Reunião**3 — MESA DIRETORA****4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS****5 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

Ata da 19ª Sessão, em 25 de janeiro de 1994

10ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 49ª Legislatura EXTRAORDINÁRIA

Presidência dos Srs. Chagas Rodrigues e Francisco Rollemberg.

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Affonso Camargo _ Alexandre Costa _ Alfredo Campos _ Almir Gabriel _ Beni Veras _ César Dias _ Chagas Rodrigues _ Coutinho Jorge _ Dario Pereira _ Elcio Álvares _ Eptácio Cafeteira _ Eva Blay _ Francisco Rollemberg _ Gerson Camata _ Gilberto Miranda _ Henrique Almeida _ Humberto Lucena _ Iram Saraiva _ Irapuan Costa Júnior _ João Calmon _ João França _ João Rocha _ Jonas Pinheiro _ Josaphat Marinho _ José Fogaça _ Lavoisier Maia _ Levy Dias _ Lourival Baptista _ Lucídio Portella _ Luiz Alberto Oliveira _ Magno Bacelar _ Marco Maciel _ Mário Covas _ Mauro Benevides _ Meira Filho _ Nabor Júnior _ Pedro Simon _ Pedro Teixeira _ Ronan Tito _ Valmir Campelo _ Wilson Martins.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues — A lista de presença acusa o comparecimento de 41 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

Sobre a mesa, comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte:

Of. nº 013/94 GSEA

Brasília, 20 de janeiro de 1994

Senhor Presidente:

Em observância ao disposto no art. 39, alínea b, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência o meu afastamento das atividades desta Casa, em consequência da investidura no cargo de Ministro de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo, a partir de 25 de janeiro do corrente exercício.

Cordiais saudações, Senador **Elcio Alvares**.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A Comunicação lida vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Encerra-se hoje, às 18h30min, o prazo para apresentação de emendas aos seguintes Projetos de Resolução:

— Nº 15, de 1994, que autoriza a Prefeitura Municipal de Sapopema (PR) a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. — BANESTADO, no valor de CR\$23.800.000,00, a preços de outubro/93, utilizando recursos do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU;

— Nº 16, de 1994, que autoriza a Prefeitura Municipal de Ubatã (PR) a contratar operação de crédito interno junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. — BANESTADO, no valor de CR\$75.300.000,00, a preços de setembro/93, para execução de projetos de infra-estrutura urbana;

— Nº 17, de 1994, que autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Negro (PR) a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. — BANESTADO, no valor total de CR\$61.400.000,00, a preços de outubro de 1993, utilizando recursos do PEDU;

— Nº 18, de 1994, que autoriza a Prefeitura Municipal de Cafelândia (PR) a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. — BANESTADO, no valor de CR\$22.000.000,00, a preços de agosto de 1993, utilizando recursos do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU;

— Nº 19, de 1994, que autoriza a Prefeitura Municipal de Enéas Marques (PR) a contratar operação de crédito interno junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. — BANESTADO, no valor de CR\$5.300.000,00, a preços de outubro/93, para execução de projetos de infra-estrutura urbana;

— Nº 20, de 1994, que concede à Prefeitura Municipal de Tamboara (PR) a elevação temporária dos limites fixados no art. 3º da Resolução nº 36, de 1992, do Senado Federal, com vistas a contratação de operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. — BANESTADO, no valor de CR\$3.850.000,00, a preços de maio de 1993, utilizando recursos do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU; e

— Nº 21, de 1994, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.

Aos Projetos de Resolução nºs 15 a 20, de 1994, não foram apresentadas emendas. As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) —

Ao Projeto de Resolução nº 21, de 1994, foi apresentada uma emenda que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte:

Senado Federal

Emenda de Plenário oferecida, nos termos do art. 8º da Resolução nº 110, de 1993, ao Projeto de Resolução nº 21, de 1994, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.

EMENDA Nº 1 — PLEN

Dê-se a seguinte redação ao art. 27 do Projeto de Resolução nº 21, de 1993, do Senado Federal:

“Art. 27. Para efeito do disposto no art. 2º da Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, é fixado o limite de sete por cento da Receita Líquida Real, definida no § 1º do art. 4º desta Resolução, para o primeiro ano da assinatura do contrato de refinanciamento, de

nove por cento para o segundo ano, e doze por cento para os anos subsequentes.

Parágrafo único. Os percentuais definidos no caput deste artigo serão aplicados sobre um duodécimo da Receita Líquida Real."

Justificação

Os Estados devem, legal e necessariamente, aplicar os recursos disponíveis que geram receitas financeiras. Tais receitas, diante do atual processo inflacionário, resumem-se, na prática, à correção monetária dos impostos arrecadados.

Cessada a inflação, desaparecem os ganhos financeiros, substituídos por ganhos na Receita Tributária. As despesas constitucionalmente vinculadas, como as da educação, que correspondem a frações da Receita Tributária, aumentam nesses casos, ficando reduzidas as disponibilidades para atender ao serviço das dívidas estaduais.

Acham-se os Estados, portanto, entre dois perversos compromissos que se opõem a inflação e as vinculações constitucionais das receitas. A alteração proposta ao art. 27 do Substitutivo ao Projeto de Resolução nº de 1993, do Senado Federal, objetiva atenuar as dificuldades acima descritas.

Sala das Sessões, 25 de janeiro de 1994. — Senador Nelson Wedekin.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A matéria volta à Comissão de Assuntos Econômicos para exame da emenda.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Senhor 1º Secretário.

É lido o seguinte

Brasília, 20 de janeiro de 1994

Sr. Presidente,

Conforme dispõe o § 7º do art. 65, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a V. Exª que as Vice-Lideranças do Partido Progressista Reformador — PPR, serão exercidas pelos seguintes Parlamentares:

Senador Affonso Camargo

Senador Esperidião Amin

Senador Moisés Abrão.

Na oportunidade renovo-lhe meus protestos de estima e consideração.

Cordialmente, Senador **Epitácio Cafeteira**, Líder do PPR.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O ofício lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Senhor 1º Secretário.

É lido o seguinte

Ofício nº 520/94 — CPMI/Orçamento

Brasília, 24 de janeiro de 1994

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional
Incumbido de conduzir os trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar fatos contidos nas denúncias do Sr. José Carlos Alves dos Santos, tenho a honra de apresentar a V. Exª as conclusões daquele órgão técnico.

Iniciadas as atividades a 20 de outubro de 1993, a CPMI vem de concluir sua missão, que se encontra consubstanciada em nove volumes, quatro dos quais oriundos das Subcomissões

que a integraram, constituindo-se estes peças fundamentais à elaboração do Relatório.

A realização das investigações pela CPMI, na forma do art. 58, § 3º da Constituição Federal, obedeceu a conduta criteriosa de seus membros na busca de informações que correspondessem à verdade dos fatos, ainda que premidos pela exiguidade de tempo em contraste com o grande volume de dados a serem apreciados.

Reitero a V. Exª protestos de consideração e respeito, encarecendo seja cientificado o Exmº Sr. Presidente da Câmara dos Deputados do teor e da conclusão dos trabalhos da CPMI-Orçamento. — Senador **Jarbas Passarinho**, Presidente da CPMI-Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O expediente lido será publicado e, conforme solicitação de S. Exª o Sr. Senador Presidente da CPMI, a matéria referente à Câmara será encaminhada pelo Presidente do Congresso, Senador Humberto Lucena, ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados.

Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores falo hoje em homenagem à memória de uma das maiores figuras que já passaram pelo Congresso Nacional, na Câmara Federal, onde permaneceu, sem interrupção, por 12 mandatos consecutivos, sendo o primeiro em 1933 até 1982, quando foi eleito pela última vez.

O **Guinness Book**, livro de recordes, à página 207, registra que o Deputado Manoel Novaes, aquele saudoso companheiro, a quem chamavam de decano da Câmara dos Deputados, foi, na história parlamentar brasileira, o político que exerceu ininterruptamente o maior de número de mandatos como Deputado Federal, superando o saudoso Deputado Ulysses Guimarães, que teve 11 mandatos.

No último domingo, dia 23 do corrente, as entidades da Bahia que lembraram o seu nome — e são tantas, que poderia ficar algum desfavor se eu resolvesse relacioná-las — prestaram significativa homenagem ao saudoso Deputado Manoel Novaes, que, tendo nascido em Pernambuco, foi um dos maiores benfeitores que a Bahia já credenciou para contribuir com a sua grandeza e com o desenvolvimento do Nordeste e do País.

Era por muitos referido como patrono político da Bahia, pai do São Francisco, rei do sertão baiano, amigo dos pobres e outras denominações carinhosas.

Não se pode falar em desenvolvimento do Vale do São Francisco, em melhoria das condições de vida das populações da área de influência do grande rio sem eximir-se de falar em Manoel Novaes. Foi dele a emenda, aprovada de pé, sob o emocionado aplauso dos Constituintes de 46, que criou a Comissão do Vale do São Francisco. Simulando a construção de Paulo Afonso, Três Marias e a barragem de Sobradinho, a CHESF e a CODEVASF. hoje, com abrangente e extraordinária atuação no Nordeste e no Vale do São Francisco, são obras derivadas do ideal e do gênio político de Manoel Novaes.

A história do desenvolvimento do Nordeste e da Bahia e o seu ingresso nos tempos modernos, desfrutando das possibilidades e confortos do progresso a partir de década de 30 muito deve a esse pernambucano de Floresta, onde nasceu

em 1908, transferindo-se para Salvador em 1925 para cursar Medicina na tradicional Faculdade de Medicina da Bahia, daí ingressando na política estudantil, nas lutas da Revolução de 1930 e na política nacional.

Lutou e conseguiu recursos e meios para a construção, manutenção e ampliação de mais de quarenta hospitais regionais, maternidades e postos de saúde. Realizaram-se obras de saneamento básico em vários Municípios com recursos que conseguiu. Foram construídas pontes, estradas, rodovias, ferrovias, parques de exposição, poços tubulares, redes de energia elétrica, cais de atracação e de arrimo, campo de pouso, barragens, açudes, escolas, prédios para sediar as agências dos Correios e Telégrafos, por cujas redes telegráficas ele muito lutou. Mais de cento e cinquenta cidades, povoados e vilarejos do interior baiano conheceram a iluminação elétrica, com geradores a diesel por ele conseguidos.

Em 12 de junho de 1974, recebeu da Assembléia Legislativa da Bahia, sob a presidência do Deputado Eufrísio Vieira Lima, o título de cidadão baiano, ocasião em que os oradores, traduzindo o consenso daquela Casa, afirmaram: "Jamais se poderá falar em Paulo Afonso, Três Marias e Sobradinho sem mencionar a participação decisiva do grande representante baiano. Quem fala no São Francisco fala em Manoel Novaes; quem fala em Manoel Novaes fala no São Francisco".

Já em 1974, durante a entrega desse título, o então Deputado Célio Borja, hoje Ministro do Supremo Tribunal Federal, representando a Câmara dos Deputados na solenidade de sua saudação, dava o depoimento de que, em 1959, quando colaborava numa pesquisa de órgão da Administração Federal incumbida de fazer um levantamento das realizações do Governo na área do São Francisco, espantou-se com a quantidade de obras. Perguntou de quem eram as iniciativas e obteve como resposta que tudo, ou quase tudo, era de Manoel Novaes.

Sr. Presidente, conheci Manoel Novaes, a firmeza do seu caráter, o espírito elevado de sua formação, numa passagem pitoresca da minha mocidade estudantil.

Aluno do Colégio Ipiranga, na Bahia, durante uma prova parcial, o professor de certa matéria, suspeitando que eu estivesse colando, quis colocar a mão no bolso do meu paletó para apreender alguns papezinhos que eu trouxera de casa. Quando ele se adiantou para concretizar o gesto, peguei a sua mão, segurei o bolso e falei:

— "O que é isso, Professor? Não se mete a mão no bolso de um cavalheiro"!

— Mas o senhor estava pescando, disse o Professor.

— Eu não estava pescando, senhor Professor!

Nesse momento, entrou na sala o Inspetor Federal de Ensino e com autoridade incontestável que tinha, perguntou:

— O que está havendo aí?

O Professor explicou e eu contestei.

E o inspetor perguntou:

— O jovem estava lendo algum papel, ou estava com a "pesca" na carteira?

O professor, já sem jeito, respondeu:

— Não.

Então o Inspetor de Ensino deu o veredicto:

— Se o jovem não está utilizando a "pesca" que eventualmente esteja em seu bolso, ele não está pescando. Deixe-o em paz.

Assim, escapei de perder aquela prova parcial e perder o ano, o que devo a Manoel Novaes.

Se o professor me tivesse tomado a pesca e a prova, eu perderia o ano, como disse. Por isso, fiquei muito grato ao inspetor e dele me tornei um amigo e admirador por toda a vida. Esse inspetor era Manoel Novaes, cujo caráter, sendo de justiça, trabalho, inteligência, idealismo e elevado espírito público, além de um coração magnânimo, tornava-o um dos maiores políticos baianos deste século, o maior benfeitor das populações do Vale do São Francisco, das regiões interioranas do sertão baiano e nordestino e um dos grandes paradigmas da política brasileira.

A ele, Sr. Presidente, as expressões da estima que eu lhe dedicava e a saudade do amigo pelo transcurso do seu segundo ano de falecimento com as homenagens que, no último domingo, lhe foram prestadas pela Bahia.

Desta tribuna, envio os meus cumprimentos a sua esposa, a Sr. Professora Maria Dagmar Elvira de Jesus Coutinho Novaes, sempre zelosa de tudo o que diz respeito à preservação da sua memória.

Finalizando, Sr. Presidente, peço a transcrição do verbete contido na página 207, do **Guinness Book**, sobre o Deputado Manoel Novaes e a síntese intitulada "Deputado Manoel Novaes, pai do São Francisco, doze mandatos federais de constituinte".

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

Legislativas

em São Paulo, onde recebeu a adesão da maioria da Assembleia de 1902.

Deputado federal mais antigo O deputado federal brasileiro com maior número de mandatos consecutivos foi o Dr. Manoel Cavalcanti Soares (1908-1992), com doze mandatos, sempre eleito pelo estado da Bahia. Foi eleito pela primeira vez em 1933, sendo que, a partir daí, jamais sofreu uma derrota até 1982, quando exerceu a função de deputado federal pela última vez, filiado ao PFL (Partido da Frente Liberal). O deputado federal Ulysses Guimarães (1916-1992) cumpriu onze mandatos consecutivos entre 1951 e 1992.

Mais votado O candidato mais votado em um momento foi Luis Inácio Lula da Silva, que nas eleições de 1986, concorrendo pelo PT (Partido dos Trabalhadores), recebeu 651.763 votos.

Senador mais votado Também em 1986, Manoel Dias, candidato pelo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), alcançou a maior votação para Senador, com 1.785.667 votos em São Paulo.

Candidato mais votado à Presidência A maior votação foi para Fernando Collor de Mello, pelo PRN (Partido da Reconstrução Nacional), no segundo turno da eleição presidencial de 1989. O total de votos foi de 35.089.998 ou 42,75% do eleitorado nacional.

Maior legislativo estadual do país Nas eleições de 1990, foram eleitos em São Paulo 84 deputados estaduais.

Maior intervalo O maior intervalo entre eleições populares para Presidência da República ocorreu entre 3 de outubro de 1960, com a eleição de Jânio Quadros, e 3 de outubro de 1969, data da eleição de Fernando Collor de Mello, ou seja, 29 anos.

Constituições Mais extensa Promulgada a 5 de outubro de 1988, atualmente em vigor, contendo 245 artigos, é considerada também a mais complexa dentre as sete constituições anteriores.

Menor A primeira Constituição da República, promulgada a 24 de fevereiro de 1891, e também a que possui o menor número de artigos, apenas 61.

Mais duradoura A constituição em vigor por mais tempo foi a outorgada durante o Império (1822-1889), a 25 de março de 1824, por D. Pedro I, com 179 artigos, que teve a duração de 65 anos, até a proclamação da República, a 15 de novembro de 1889.

Menos duradoura A Constituição Federal de 16 de julho de 1934 teve a menor duração, vigorando somente até 10 de novembro de 1937, quando sobreviu o golpe do Estado Novo.

Mandatos Mais duradouros O Presidente que governou mais tempo foi João Baptista Fagundes, eleito pelo Colégio Eleitoral por seis anos, de março de 1979 a março de 1985. Também Francisco Vargas foi o Presidente brasileiro que governou por mais tempo ininterruptamente, oito anos con-

Receitas e despesas

Mais nova ao assumir

Fernando Collor de Mello (nasc. a 12/08/1949). Tinha 40 anos quando assumiu a 15/03/1990.

Mais velho ao assumir

Nereu de Oliveira Ramos (1898-1958) tinha 67 anos ao assumir, no lugar de Carlos Luz, como Presidente do Senado, a 11/11/1955.

Mais nova eleito

Fernando Collor de Mello, com 40 anos de idade, ao ser eleito Presidente da República, a 25/11/1989.

Mais velho ao ser eleito

Ernesto Geisel (nasc. a 03/08/1908), eleito pelo Colégio Eleitoral, em janeiro de 1974, aos 65 anos. Assumiu a 15/3/1974.

Governo mais longo

Celso Vargas (1882-1954), de 1930 a 1945.

Mandato mais longo

José Figueiredo (nasc. a 15/01/1918), de 1979 a 1985.

Mandato mais curto

Carlos Coimbra da Luz (1894-1961), de 09/11 a 11/11/1955. Assumiu, como Presidente da Câmara, no lugar de Cúti Filho, sendo obrigado a renunciar.

Presidente que viveu mais tempo

Venceslau Brás (1868-1966).

Maior sobrevivência após presidência

Venceslau Brás (48 anos). A 15/11/1918 deixou a presidência, falecendo a 15/05/1966.

Presidente que viveu menos tempo

Delfim Moreira da Costa Ribeiro (1868-1920) substituiu Rodrigues Alves na presidência (15/11/1918 a 28/7/1919).

Menor sobrevivência após a presidência

Arihura Costa e Silva (1902-1969) faleceu quatro meses após deixar a presidência, aos 67 anos. Castello Branco, morreu a 15/03/1967, 4 meses após deixar a presidência.

Presidentes que renunciaram

Deodoro da Fonseca (1827-1892), a 27/11/1891. Washington Luís (1869-1957), a 24/10/1930. Carlos Luz foi obrigado a renunciar a 11/11/1955. Jânio Quadros (1917-1992) renunciou a 25/08/1961, 7 meses após ter assumido a 31/01/1961. Fernando Collor de Mello (nasc. a 12/08/1949), a 29/12/1992.

Presidentes impedidos ou depostos

Celso Vargas, deposto em 1945. Cúti Filho (1899-1970), que assumiu no lugar de Celso após seu suicídio, a 24/08/1954, foi impedido pelo Congresso a 09/11/1955. João Goulart (1918-1976) foi deposto pelo golpe militar a 31/03/1964.

Presidente que se suicidou

Celso Vargas, a 24/8/1954, com tiro no coração.

Presidente que morreu no exílio

João Goulart foi o único Presidente que morreu no exílio a 06/12/1976 em sua fazenda em Mercedes, na província argentina do Corrientes.

secutivos, de 1917 a 1945, tendo no total exercido a função por 15 anos, desde que assumiu o cargo em 1930, após a revolução que o conduziu ao poder.

Menor O Presidente que governou menos tempo foi Carlos Luz, exercendo a função por apenas dois dias. Como Presidente da Câmara dos Deputados, assumiu o cargo por ocasião da doença do então Presidente Café Filho, efetivando-se e tendo que renunciar em seguida por força de um golpe que visava garantir a posse do novo Presidente eleito Juscelino Kubitschek.

Impeachment Pela primeira vez na história política do Brasil, foi aprovada a ad-

missão do processo de impedimento de um Presidente da República. A 29 de setembro de 1992, a Câmara dos Deputados, por 441 votos contra 38, concedeu autorização para que o Presidente Fernando Collor de Mello fosse processado por crime de responsabilidade no Senado. Após receber a comunicação para deixar o cargo, o Presidente passou o poder ao vice Itamar Franco, renunciando a 29 de dezembro de 1992.

PRIMEIROS-MINISTROS E ESTADISTAS

Mais idoso O primeiro Ministro de Estado mais idoso foi Nariokita Higashikuni, do Japão, nascido a 3 de dezembro de 1881 e

Primeira senadora brasileira

A primeira senadora brasileira eleita com voto popular e a paulista Eva Blum, que tomou posse a 28 de outubro de 1992 como suplente do senador Fernando Henrique Cardoso, que assumiu o ministério das Relações Exteriores do governo Itamar Franco.

Socióloga, defende a legalização do aborto e a implantação do planejamento familiar. A primeira mulher a ocupar o cargo foi Dulce Salles Cunha Braga, em 1982, tendo sido indicada pelo governo federal.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ronan Tito.

O SR. RONAN TITO (PMDB-MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, é um breve registro que desejamos fazer; temos inclusive, neste momento, um encontro na Comissão de Assuntos Econômicos, que deverá estudar a proposta Fernando Henrique Cardoso sob a óptica do Senado Federal, que é justamente a Casa que tem a maior obrigação de apreciar os assuntos econômicos do País. Sabemos que a Comissão da Câmara já estudou essa proposta, já deu as suas idéias e, mais do que isso, que temos medidas provisórias a serem votadas e que são o cerne do chamado FHC II.

Ontem, pelo noticiário da tevê, assisti à implosão de um daqueles pontilhões afetados pelo terremoto recente de Los Angeles. Eu já disse neste plenário que a grande diferença que encontramos entre a civilização latina e a civilização anglo-saxônica é que esta, quando precisa fazer alguma coisa, faz; nós ficamos discutindo.

O art. 3º das Disposições Transitórias diz literalmente:

A revisão constitucional será realizada após cinco anos, contados da promulgação da Constituição, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão unicameral.

É imperativo; não é optativo. É imperativo, mas ficamos discutindo e inventamos uma série de argumentos de todas as montas e de todos os jazes para não fazer a revisão, apegando-nos a qualquer assunto, como por exemplo a CPI. E começamos a inflar a CPI da corrupção no Orçamento como sendo a coisa mais importante do mundo. E continuamos desempregados 12 milhões no País. Que se danem! Nós temos que fazer a CPI.

No mundo, nunca se viu isso! No mundo democrático, então, nem sonhar, porque no mundo democrático, Sr. Presidente, todo mundo faz o que a lei determina que seja feito. O Judiciário julga; a Polícia cuida dos aspectos policiais; os congressos legislam e fiscalizam. No momento, temos que legislar, temos que mexer, por determinação, inclusive, da Carta Magna; temos que revisar, temos os argumentos mais interessantes, alguns até mais à luz do Direito Internacional. Mas o mandato é judicial!

Os Estados Unidos da América do Norte, Sr. Presidente, todas as segundas-feiras e, às vezes, nas terças-feiras, revêem a sua Constituição através da Suprema Corte. A Inglaterra sequer tem Constituição — é direito consuetudinário.

Nós temos um mandato constitucional, através do art. 3º das Disposições Transitórias, que determina que seja feita a Revisão Constitucional. Como se não bastasse, após a aprovação dessa Revisão, houve a queda do Muro de Berlim. Tínhamos dois mundos: um mundo comandado pelos Estados Unidos da América do Norte, que era chamado mundo capitalista; por outro lado, tínhamos o mundo comunista, comandado pelo império da União Russa Socialista Soviética. Eram dois impérios!

Agora acabou, Sr. Presidente; agora é o mercado. Houve uma mudança fundamental nas situações. E é bom que se lembre que o art. 3º das Disposições Transitórias foi aprovado antes da queda do Muro de Berlim. Quando promulgou a chamada Constituição Cidadã, o Dr. Ulysses Guimarães a sacudia para que todos a vissemos, e dizia: Ela não é perfeita. É obra dos homens. Ela mesma se confessa imperfeita no

seu art. 3º das Disposições Transitórias, quando prevê a sua revisão.

Mas nós ficamos discutindo e arranjamos derivativos para todos os lados para não fazer o que temos que fazer.

Gosto muito da sabedoria popular, Sr. Presidente, e admiro muito um provérbio da campanha gaúcha que diz o seguinte: "Ou nós tudo faz o que nós tem que fazer, ou nós não faz nada."

É claro. Se a justiça não julga, se a polícia não funciona como polícia, se o Executivo não governa, se o Congresso não funciona como Congresso, se os estudantes não estudam, se o agricultor não planta sua roça, se as donas de casa não gerem as suas casas fazendo a comida, o que será que vai acontecer?

Todos nós sabemos, Sr. Presidente, — a Constituição está aí para quem quiser ver — o que estabelece o art. 58 no seu § 3º:

As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Só isso pode fazer uma CPI, nada mais. Nada, nada, nada mais. Mas é mentiroso. Nós, mentindo para nós mesmos, começamos a estabelecer um julgamento, e um julgamento *sui generis*. Julgamos os nossos colegas, os nossos irmãos, as nossas entranhas, e julgamos na imprensa.

V. Exª é um jurista, um bacharel; o Senador Francisco Rollemberg que é um bacharel; o Senador Josaphat Marinho, um professor. Não sou rábula nem candidato a rábula. No entanto, sei bem que os julgamentos em juízo possuem um rito normal: forma-se o inquérito nas delegacias de polícia, através da Polícia Civil etc., e depois se remetem os autos ao promotor. Peço ao Senador Josaphat Marinho que, por favor, me corrija onde eu claudicar, porque não deve o sapa-teiro ir além do sapato; mas o que estamos vendo ultimamente neste País é a inversão de valores, cada um mexendo no múnus do outro; cada um querendo fazer o que o outro faz e ninguém querendo fazer o que deve ser feito.

Eu dizia, então, que se cria o inquérito policial e remetem-se os autos ao promotor, que, se o juiz procedente, faz a denúncia, o libelo acusatório — não é assim, Senador? — e depois o juiz estabelece o julgamento — pelo menos é assim que me contam que é feito. Mas nós julgamos, inovando em questão de julgamento. Olha! Fomos bem mais fundo do que foi a Santa Inquisição, porque a Santa Inquisição ainda tinha o pejo de julgar e executar publicamente. Mas nós julgamos na imprensa.

Agora há pouco, li, no jornal *O Estado de S. Paulo*, que o Relator, Deputado Roberto Magalhães, estava corrigindo uma informação anterior, esclarecendo que o nome de um fulano saiu indevidamente, que ele tinha sido recomendado para isso e não para aquilo. Ah! Mas o que adianta, Sr. Presidente, dizer que houve um engano, que o nome do Deputado saiu como culpado, se ele não é culpado? Ele já foi julgado pela mídia, já transitou em julgado pela mídia!

Acabou! Fim! Recorrer para quem? Daqui a 20 ou 30 anos, esse Deputado, passando pela rua, vai ouvir alguém dizer: "Olha, esse fulano estava no meio daquele negócio." E o que vai adiantar esse Deputado pegar o jornal e dizer: "Olha, não é verdade, até o jornal *O Estado de S. Paulo* falou que houve um engano — declaração do Deputado Roberto Magalhães." Vai adiantar alguma coisa?

Sr. Presidente, quantas vezes a apuração de um delito requer um certo sigilo, requer especialistas? Para isso, no mundo todo, criam-se os especialistas: o policial civil, o policial militar, a Polícia Federal, cada um com seu múnus bem particular, com a sua competência limitada e privativa. Vemos isso no inquérito popular, no julgamento popular, no julgamento na imprensa — assisti a acontecimentos como esses duas ou três vezes.

Um dia, visitei a CPI do Orçamento, porque o Senador Mário Covas havia se submetido a uma intervenção cirúrgica, e fui até lá para saber como estava passando. Sai logo em seguida: não gosto muito de circo, do palanque eletrônico. Lembro-me da voracidade que vi ali em alguns, cometendo delitos contra a Constituição! Senadores e Deputados saindo do limite da sua competência, invadindo casas. Outro saiu por aí como Sherlock Holmes, com um retratinho, na Quinta Avenida, nos Estados Unidos, perguntando: "O senhor viu esta pessoa?"

Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, quem quiser saber quem entrou nos Estados Unidos é só ir ao computador do Consulado, que este informa todas as pessoas que lá entraram. E se se quiser descobrir alguma pessoa que entrou num país vizinho, através do Rio Grande do Sul — não de maneira oficial, mas clandestina — vai à INTERPOL. Com isso, indo à INTERPOL ou à Polícia Especializada, evitaríamos esse vexame. Tenho a impressão de que isto não ocorreu, mas V. Ex^s já pensaram se uma televisão norte-americana tivesse filmado o fato? "Quem é?" "Ah, é um Senador." "Senador de qual país?" "Do Brasil." "O que ele está fazendo?" "Ah, ele está com uma fotografia, procurando uma pessoa." "Onde?" "Em Nova Iorque." Pelo amor de Deus! Isso é querer levar o Parlamento ao seu ponto mais ridículo!

Por outro lado, Sr. Presidente, assistimos também a um dos Parlamentares — por sinal, o mais famoso de todos, que teve, por isso mesmo, maior atenção da mídia — dizer: "Temos mais de 100 parlamentares envolvidos." Ora, quando ele diz que há mais de 100 e não os nomeia, passa a pesar, sobre cada um de nós, a pecha, ou pelo menos, a suspeita. Por que vou olhar para o Senador Francisco Rollemberg e achar que S. Ex^a está fora? S. Ex^a pode estar no meio dos 100. Eu sei que S. Ex^a é um homem honrado; eu o conheço, pois convivemos durante muitos anos. Todavia, quando um Parlamentar, que tem fé de ofício na sua palavra, vai a público e diz que há mais de 100, mas não os identifica, isto é insidioso, Sr. Presidente! Dizer que há dois suspeitos e não revelar seus nomes é covarde, insidioso, porque passa a pesar sobre os quase 600 parlamentares a suspeita por parte de toda a população.

Ouvi uma insinuação dentro de um avião: "Será que esse aí está envolvido?" Um colega Deputado de Minas Gerais, homem modesto e profundamente sério, ouviu alguém perguntar-lhe: "Tem mais de cem lá, você está nesse meio? Fala para mim, conta só para mim." E ouvi de S. Ex^a: "A única coisa que senti foi vontade de chorar".

Sr. Presidente, no mundo todo, julgamento tem um rito. A fase da apuração é sigilosa. Por que quisemos fazer todo

esse julgamento publicamente? Será que o Procurador-Geral da República, Dr. Aristides Junqueira Alvarenga, não merece a nossa confiança? Pelo amor de Deus, S. Ex^a foi votado por duas vezes aqui nesta Casa! S. Ex^a tem 52 auxiliares, só em Brasília, que estudam noite e dia e se dedicam só a isso! "Ou nós tudo faz o que nós tem que fazer ou nós não faz nada".

O terremoto de Los Angeles aconteceu há poucos dias. Los Angeles já está sendo reconstruída. Já estão implodindo todos aqueles pontilhões que foram comprometidos. Não ouvi nenhum discurso, mas Los Angeles já está sendo reconstruída.

No Brasil, Sr. Presidente, há 12 milhões de desempregados, de desemprego aberto. O que é desemprego aberto? Desemprego daqueles que tiveram a sua carteira assinada e que hoje estão desempregados.

O mundo mudou violentamente. A Constituição determina que temos de fazer a Revisão, mas temos que instalar pelo menos mais quinze CPI, transformando definitivamente o Congresso Nacional numa enorme delegacia de polícia, para fugir à responsabilidade de legisladores e de representantes do povo.

O Sr. Magno Bacelar — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RONAN TITO — Ouço com muito prazer o nobre Senador Magno Bacelar.

O Sr. Magno Bacelar — Muito obrigado a V. Ex^a pela referência. Nobre Senador Ronan Tito, todo o seu pronunciamento reveste-se da maior importância, mas existem dois pontos fundamentais. Um deles é o seu início, cobrando do Congresso a Revisão Constitucional, cobrando o cumprimento de um dever. E ousaria dizer que nas democracias, como V. Ex^a mencionou, é normal a discordância. O meu Partido discorda da Revisão no momento, mas na democracia a maioria decide. Penso que é dever do Congresso trabalhar, fazer aquilo que está determinado pela Constituição, e dar às minorias o direito de reclamar e protestar.

Com relação ao exemplo que vem dos Estados Unidos, o de uma grande calamidade, isso abalou aquele país tão forte, os prejuízos são incalculáveis; mas, imediatamente, se começa a recuperação, a reparação dos danos. Aqui, no Brasil, há uma calamidade eterna: a seca do Nordeste. Há quantos séculos! Não digo anos, décadas, mas há pelo menos três séculos se conhece o problema, e, a cada ano — como diz V. Ex^a —, discute-se, discute-se, e nada se faz. E uma calamidade é tão grande quanto outra. A cada ano, há o êxodo rural para as grandes capitais, e os grandes problemas sociais surgem, pois não se ataca a questão na raiz, ou não se tem a decisão de resolvê-la. É lamentável, concordo, e lamento também concordar com V. Ex^a: continuamos a discutir e não fazemos nada, a não ser procurar aparecer e promover o interesse próprio, infelizmente. Parabéns a V. Ex^a

O SR. RONAN TITO — Desgraçadamente, Senador.

E os cerca de 12 milhões de desempregados continuam. E o que fazemos? Fazemos "caricaturidade".

O que negamos, por direito, o direito ao trabalho, previsto no art. 42 da Carta das Nações Unidas, prolatada em 1948, no dia 13 de dezembro, é o direito de cada cidadão. Isso, negamos; viramos as costas. E, depois, colocamos alguns ministros, candidatos à Presidência da República, a distribuir alimentos que duram pouco mais de uma semana, quinze dias, um mês.

No dia 16 de abril de 1988, nobre Senador Magno Bacelar, apresentei aqui proposta no sentido de empregar os recursos da privatização, em primeiro lugar, no bombeamento das sobras das águas do São Francisco para irrigação perene do Nordeste. Está nos Anais do Congresso. Como a onda da privatização era e será incontida, por que não aplicar esse dinheiro do povo naquela região, que não chove ou onde as chuvas são tão irregulares?

Roosevelt, no auge da crise dos Estados Unidos, canalizou a água derretida das geleiras do Nebraska e, através do bombeamento dessa água por mais de mil quilômetros, tornou fértil o deserto. A Califórnia, o segundo Estado em riqueza, em progresso dos Estados Unidos da América do Norte, é tão desértica que o Hollywood Bowl, o grande teatro de Los Angeles, não é coberto. Por que cobrir um teatro se não chove? E, no entanto, a grande produção, a enorme produção dos Estados Unidos, hoje, se concentra na Califórnia, porque a água é administrada através da irrigação.

Nós temos o Nordeste. E o que é dado por caridade ao Nordeste é roubado pela injustiça. A questão tributária brasileira subtrai do Nordeste um recurso enorme. O Nordeste produz petróleo. Cobramos o ICMS do consumidor da indústria mineira ou paulista e recolhemos a maioria do imposto em São Paulo, no Rio e em Minas Gerais. Em qualquer lugar do mundo, Sr. Presidente, o imposto sobre o esforço da compra fica no lugar de origem dessa aquisição. Se for aberta — como esperamos que seja — a importação, no dia em que qualquer nordestino importar uma caminhonete, o ICMS e o IPI deverão ficar no Estado onde for feita a importação. Aqui no Brasil, não; fica em São Paulo, fica em Minas — Minas tem a FIAT — ; fica no Rio, sede das outras indústrias. Depois criamos aquilo que é uma parte muita pequena disso e a chamamos de incentivo fiscal.

Há pouco tempo, estivemos com o honrado Senador Beni Veras, Senador Elcio Alves e outros, estudando os desníveis regionais. Escutei lá na FIESP: "O Sul já está cansado de remeter dinheiro para o Nordeste". Seria cômico se não fosse trágico. Acho que precisamos trabalhar um pouco pela justiça para não ter que mais tarde fazer "caricaturidade".

Sr. Presidente, Srs. Senadores, vamos voltar a direção da Casa para aquilo que é a sua função. Vamos retomar o nosso múnus, aquela responsabilidade que assumimos espontaneamente, nos palanques, de sermos representantes do povo para cuidar dos seus interesses maiores. E se encontrarmos no meio do caminho ilícitos penais, mesmo que venham de nossos Colegas, vamos remeter para aqueles que verdadeiramente têm competência, seriedade e capacidade para apurar e apenar. O povo brasileiro pensa que já estão todos cassados; o povo pensa isso, Sr. Presidente!

Depois, vamos para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para o plenário; enquanto isso muitos entraram em juízo para discutir, inclusive, o rito dessa cassação.

Pasmem, Sr. Presidente e Senador Alfredo Campos, aqueles papéis que foram retirados da residência do diretor da Odebrecht não têm auto de apreensão; não existe um relatório assinado. Como são folhas sem qualquer timbre, sem assinatura, quem pode me garantir que fatos não foram subtraídos ou acrescentados? Quem?

Vamos todos tentar cumprir as funções, o múnus do Congresso Nacional: legislar e fiscalizar. Julgar não é conosco.

É possível que, depois de falar o Judiciário, tenhamos que cassar ou não companheiros. E veja, Sr. Presidente, jamais gostei de caçar sequer bichos; sou contra. Detestei as

cassações da ditadura. Para mim, pode ser o maior pulha ou falsário; de qualquer forma não pode ser cassado sem um rito do Judiciário, em que se cria o contraditório, em que se discute, em que se apresenta a defesa. Isso para mim não tem o mínimo valor, só serve para criar vítimas.

Agradeço a atenção dos Srs. Senadores, convidando-os a fazer com que esta "grande delegacia de polícia" volte a ser o Congresso Nacional. Afinal, para isso fomos eleitos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Ronan Tito o Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Francisco Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário. É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 33, DE 1994

Nos termos do § 1º do art. 13 do Regimento Interno, requero sejam considerados como licença autorizada os dias 27, 29 e 30 de dezembro de 1993; 3, 5, 10, 13 e 17 de janeiro corrente.

Sala das Sessões, 25 de janeiro de 1994. — Senador **José Eduardo**.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — A votação do requerimento fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — A Presidência recebeu do Banco Central do Brasil o Ofício nº S/31, de 1994 (nº 456/94, na origem), solicitando, nos termos da Resolução nº 36, de 1992, do Senado Federal, autorização para que a Prefeitura Municipal de Casca (RS) possa contratar operação de crédito para os fins que especifica.

A matéria será despachada à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — A Presidência recebeu do Governo do Estado de Goiás o Ofício nº S/32, de 1994 (nº 29/93, na origem), solicitando, nos termos da Resolução nº 36, de 1992, do Senado Federal, autorização para contratar operação de crédito para os fins que especifica.

A matéria será despachada à Comissão de Assuntos Econômicos, onde aguardará a complementação dos documentos necessários à sua tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — A Presidência recebeu do Banco Central do Brasil o Ofício nº 488/94, encaminhando a relação das Antecipações de Receita Orçamentária analisadas no período de 3 a 14 de janeiro do corrente ano.

A matéria será despachada à Comissão de Assuntos Econômicos, para conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — A Presidência recebeu do Banco Central do Brasil o Ofício nº 489/94, de 21 do corrente, encaminhando a complementação dos documentos necessários à instrução do Ofício S/56, de 1993.

O expediente será despachado à Comissão de Assuntos Econômicos para ser anexado ao processado da matéria em referência.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 6, DE 1994

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 6, de 1994 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 12, de 1994), que autoriza a Prefeitura Municipal de Campina da Lagoa (PR) a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. — BANESTADO, no valor de treze milhões e quinhentos mil cruzeiros reais, destinados a obras de infraestrutura urbana naquela municipalidade.

A matéria ficou sobre a mesa durante três dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 8º da Resolução nº 110, de 1993.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Item 2:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 7, 1994

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 7, de 1994 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 13, de 1994), que autoriza a Prefeitura Municipal de Eugênio de Castro (RS) a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. — BANRISUL, no valor total de oito milhões, trezentos e noventa e oito mil, duzentos e oitenta e oito cruzeiros reais e setenta centavos, a preços de setembro de 1993, utilizando recursos do FUNDOPIMES.

A matéria ficou sobre a mesa durante três dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 8º da Resolução nº 110, de 1993.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação da matéria fica adiada por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Magno Bacelar.

O SR. MAGNO BACELAR (PDT — BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ontem, tive notícia das homenagens que foram prestadas ao nobre Senador Elcio Alvares pelo seu afastamento do convívio desta Casa para ocupar o cargo de Ministro da Indústria e do Comércio.

Sr. Presidente, não é do meu feitio, não sou dado a elogios, mas costume respeitar o mérito e o valor daqueles que o conquistam com trabalho e dignidade. É o que ocorre com o Senador Elcio Alvares.

Quando chegou a esta Casa, foi um dos primeiros companheiros pelo qual me afeiçoei e aprendi a respeitar. Demonstrou S. Exª, ao longo desses anos, que é um pacificador, um homem culto, trabalhador, justo sobretudo. Recentemente, na CPI do Orçamento, defendeu o respeito a cada um que por ali passou.

Desta forma, não poderia eu, lamentando não estar presente ontem, deixar de me associar às homenagens prestadas ao Senador Elcio Alvares.

S. Exª sai desta Casa para ocupar o Ministério num momento difícil, no final do Governo, quando a descrença popular com relação ao Executivo já é tão grande quanto ao Legislativo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho certeza que a força de vontade, a capacidade e o prestígio do Senador Elcio Alvares poderão trazer ao Governo Itamar Franco uma colaboração efetiva e uma resposta ao Governo popular.

Portanto, gostaria de transmitir ao novo Ministro, Senador Elcio Alvares, em meu nome e em nome do Estado do Maranhão, que tenho a honra de representar, os nossos votos de sucesso e êxito nessa sua nova missão.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 220, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 220, de 1993 (nº 3.711/93, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cria, com natureza civil, a Agência Espacial Brasileira — AEB, e dá outras providências. (Dependendo de pareceres das Comissões de Educação, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Assuntos Econômicos, e de Constituição, Justiça e Cidadania)

— 2 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 77, DE 1990

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 1990 (nº 3.056/89, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 19 da Lei nº 7.729, de 16 de janeiro de 1989, para especificar como sendo Segunda a Junta de Conciliação e Julgamento de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 345, de 1993, da Comissão: — de Constituição, Justiça e Cidadania.

— 3 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 159, DE 1993

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 159, de 1993 (nº 2.863/92, na Casa de origem), que veda o pagamento de dividendos e de participações nos lucros, com base em saldo credor da conta de correção monetária, apurado por empresas controladas pelo Poder Público, e dá outras providências, tendo

Parecer favorável, sob nº 517, de 1993, da Comissão: — de Assuntos Econômicos.

— 4 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 1993

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 1993 (nº 162/86, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção nº 126, da Organização Internacional do Trabalho, sobre Alojamento a Bordo dos Navios de Pesca, adotada por ocasião da 50ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, em 1966, tendo

Parecer favorável, sob nº 400, de 1993, da Comissão:
— de **Relações Exteriores e Defesa Nacional**.

— 5 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 10, DE 1993

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1993 (nº 147/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Transportes Aéreos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia, em Brasília, em 21 de março de 1991, tendo

Parecer favorável, sob nº 408, de 1993, da Comissão:
— de **Relações Exteriores e Defesa Nacional**.

— 6 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 12, DE 1993

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1993 (nº 177/92, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Relativo a Serviços Aéreos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Hong Kong, em Hong Kong, em 6 de setembro de 1991, tendo

Parecer favorável, sob nº 402, de 1993, da Comissão:
— de **Relações Exteriores e Defesa Nacional**.

— 7 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 13, DE 1993

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 1993 (nº 194/92, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa, em Brasília, em 7 de maio de 1991, tendo

Parecer favorável, sob nº 403, de 1993, da Comissão:
— de **Relações Exteriores e Defesa Nacional**.

— 8 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 14, DE 1993

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1993 (nº 219/92, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Conflitos de Lei em Matéria de Cheques, concluída em Montevideu, em 8 de maio de 1979, durante a II Conferência Especializada Interamericana de Direito Internacional Privado, tendo

Parecer favorável, sob nº 404, de 1993, da Comissão:
— de **Relações Exteriores e Defesa Nacional**.

— 9 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 19, DE 1993

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1993 (nº 228/92, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Interamericana sobre a Restituição Internacional de Menores, celebrada em Montevideu, em 15 de julho de 1989, na Quarta Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado (CIDIP-IV), tendo

Parecer favorável, sob nº 405, de 1993, da Comissão:
— de **Relações Exteriores e Defesa Nacional**.

— 10 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 21, DE 1993

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1993 (nº 227/92, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Regime Legal das Procuções para Serem Utilizadas no Exterior, concluída em 30 de janeiro de 1975, na cidade do Panamá, tendo

Parecer favorável, sob nº 406, de 1993, da Comissão:
— de **Relações Exteriores e Defesa Nacional**.

— 11 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 23, DE 1993

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 1993 (nº 225/92, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coreia para Serviços Aéreos entre seus Respectivos Territórios e Além, assinado em Brasília, em 11 de agosto de 1992, tendo

Parecer favorável, sob nº 407, de 1993, da Comissão:
— de **Relações Exteriores e Defesa Nacional**.

— 12 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1, DE 1994

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1994 (nº 390/94, na Câmara dos Deputados), que submete à condição suspensiva a renúncia de parlamentar contra o qual pende procedimento fundado nos incisos I e II do art. 55 da Constituição e dá outras providências, tendo

Parecer, proferido em Plenário, Relator: Senador Pedro Simon, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável ao Projeto e à Emenda nº 3 e contrário às Emendas nº 1 e 2, de Plenário.

— 13 —

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 159, DE 1993

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 159, de 1993 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 510, de 1993), que autoriza a Prefeitura Municipal de Realeza (PR) a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. BANESTADO, no valor de quatorze milhões e setecentos mil cruzeiros reais, a preços de setembro de 1993, para execução de projetos de infra-estrutura urbana.

— 14 —

PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 160, DE 1993

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 160, de 1993 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 511, de 1993), que autoriza a Prefeitura Municipal de Jesuítas (PR) a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. BANESTADO, no valor de vinte e um milhões e quatrocentos mil cruzeiros reais, a preços de agosto de 1993, utilizando recursos do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano PEDU.

— 15 —

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 161, DE 1993

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 161, de 1993 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 512, de 1993), que

autoriza a Prefeitura Municipal de Santa Mônica (PR) a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. — BANESTADO, o valor de dez milhões de cruzeiros reais, para execução de projetos de infra-estrutura urbana, naquele município.

— 16 —

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 6, DE 1994

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 6, de 1994 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 12, de 1994), que autoriza a Prefeitura Municipal de Campina da Lagoa (PR) a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. BANESTADO, no valor de treze milhões e quinhentos mil cruzeiros reais, destinados a obras de infra-estrutura urbana naquela Municipalidade.

— 17 —

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 7, DE 1994

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 7, de 1994 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 13, de 1994), que autoriza a Prefeitura Municipal de Eugênio de Castro (RS) a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. BANRISUL, no valor total de oito milhões, trezentos e noventa e oito mil, duzentos e oitenta e oito cruzeiros reais e setenta centavos, a preços de setembro de 1993, utilizando recursos do FUNDOPIMES.

— 18 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 3º da Resolução nº 110, de 1993)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 1993 (nº 1.733/91, na Casa de origem), que fixa a jornada de trabalho dos profissionais Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Sociais.)

— 19 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 167, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 3º da Resolução nº 110, de 1993)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 167, de 1993 (nº 3.529/93, na Casa de origem), que cria cargos do Grupo Processamento de Dados no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, e dá outras providências. (Dependendo de Pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos.)

— 20 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 125, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 3º da Resolução nº 110, de 1993)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 125, de 1993, de autoria do Senador Mário Covas, que dispõe sobre número de candidatos pelo sistema proporcional nas eleições de 1994. (Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11h e 14min.)

CONSELHO DE SUPERVISÃO DO PRODASEN ATA DA 137ª REUNIÃO

Aos oito dias do mês de novembro de mil novecentos e noventa e três, às 18 horas, na Sala de Reuniões da Primeira Secretaria, reúne-se o Conselho de Supervisão do Prodasen, sob a Presidência do Exmº Sr. Senador Júlio Campos. Comparecem à reunião os Senhores Conselheiros Dr. Manoel Vilela de Magalhães, Vice-Presidente deste colegiado, Dr. Edgelson J. Targino Coelho, Dr. Antônio José de Souza Machado, Drª Silvana Rios Safe de Matos e Drª Regina Célia Peres Borges, Diretora Executiva do Prodasen. Presente, também, a convite do Sr. Presidente, o Dr. Marcus Vinicius Goulart Gonzaga, Assessor da Diretoria Executiva do Prodasen. Iniciando a reunião o Presidente coloca em apreciação a Ata da 136ª Reunião, a qual passa a ser lida, e, em seguida, é aprovada por unanimidade. Em seguida, passa-se ao primeiro item da pauta, qual seja o Processo nº PD0436/93-3, que propõe ratificação de inexigibilidade de licitação relativamente a aquisição de mobiliário para o Gabinete do Presidente do Conselho de Supervisão. Na oportunidade, é apresentado parecer oral pelo Conselheiro Dr. Manoel Vilela de Magalhães, favorável à ratificação de inexigibilidade. Em votação, o Conselho aprova o parecer, ficando pois ratificada a inexigibilidade à apreciação do Processo nº PD0577/92-8, que propõe ratificação de inexigibilidade de licitação para contratação de seguro contra incêndio e danos elétricos dos equipamentos do Prodasen. Com a palavra, o Relator da matéria designado, Dr. Manoel Vilela, apresenta parecer oral favorável, o qual é unanimemente aprovado pelos membros do Conselho. Em seguida, passa-se ao exame do Processo nº PD0456/92-6, o qual trata da regulamentação do pagamento de gratificação pelo encargo temporário de instrutor ou monitor de cursos de treinamento e pela execução de serviços técnico/científicos, tendo já sido aprovado ad-referendum do Conselho de Supervisão. Na ocasião é aprovado o parecer oral oferecido pelo Relator designado, Dr. Manoel Vilela de Magalhães, no sentido de que fosse referendada a decisão do Exmº Sr. Presidente do Conselho de Supervisão. Dando prosseguimento à reunião, é apreciado o Processo nº PD0218/93-6, o qual trata de proposta de criação do Setor de Multimídia e Programação Visual na estrutura da Assessoria da Diretoria Executiva do Prodasen e extinção do Setor de Administração de Banco de Dados — SABD. O Relator designado da matéria, Dr. Manoel Vilela de Magalhães passa à leitura de seu parecer, favorável nos termos de Ato do Conselho de Supervisão que submete aos demais membros do Conselho. Após ter sido submetido à discussão, o parecer é aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a presente reunião, e, para constar, eu, Raquel Pinheiro Garcia, Secretária do Conselho de Supervisão, lavrei a presente Ata que subscrevo e, após lida e aprovada, vai assinada pelo Senhor Presidente e demais membros do Conselho.

Brasília, 8 de novembro de 1993. — Senador Júlio Campos, Presidente — Manoel Vilela de Magalhães, Vice-Presidente — Edgelson Targino J. Coelho, Conselheiro — Antônio José de Souza Machado, Conselheiro — Silvana Lúcia R. S. de Matos, Conselheira — Regina Célia Peres Borges, Diretora Executiva do Prodasen.

MESA**Presidente**

Humberto Lucena _ PMDB _ PB

1º Vice-Presidente

Chagas Rodrigues _ PSDB _ PI

2º Vice-Presidente

Levy Dias _ PTB _ MS

1º Secretário

Júlio Campos _ PFL _ MT

2º Secretário

Nabor Júnior _ PMDB _ AC

3º Secretário

Júnia Marise _ PRN _ MG

4º Secretário

Nelson Wedekin _ PDT _ SC

Suplentes de Secretário

Lavoisier Maia _ PDT _ RN

Lucídio Portella _ PDS _ PI

Beni Veras _ PSDB _ CE

Carlos Patrocínio _ PFL _ TO

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Pedro Simon

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Mauro Benevides

Vice-Líderes

Cid Sabóia de Carvalho

Garibaldi Alves Filho

José Fogaça Ronaldo

Aragão Mansueto de Lavor

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Mário Covas

Vice-Líder

Jutahy Magalhães

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Marco Maciel

Vice-Líderes

Odacir Soares

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

José Paulo Bisol

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Jonas Pinheiro

Vice-Líder

Valmir Campelo

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Magno Bacelar

LIDERANÇA DO PRN**Líder**

Ney Maranhão

Vice-Líder

Áureo Mello

LIDERANÇA DO PP**Líder**

Irapuan Costa Júnior

LIDERANÇA DO PPR**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Affonso Camargo

Esperidião Amim

Moisés Abrão

LIDERANÇA DO PT**Líder**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCI

(23 Titulares e 23 Suplentes)
Presidente: Iram Saraiva
Vice-Presidente: Magno Bacelar

Titulares	Suplentes
	PMDB
Amir Lando	RO-3111/12 César Dias
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59 Mansueto de Lavor
José Fogaça	RS-3077/78 Garibaldi A. Filho
Iram Saraiva	GO-3134/35 Gilberto Miranda
Nelson Carneiro	RJ-3209/10 Marcio Lacerda
Antônio Mariz	PB-4345/46 Aluizio Bezerra
Pedro Simon	RS-3230/31 Divaldo Suruagy
Wilson Martins	MS-3114/15 Alfredo Campos
	PFL
Josaphat Marinho	BA-3173/74 Hydekkel Freitas
Francisco Rollemberg	SE-3032/33 Marco Maciel
Carlos Patrocínio	TO-4058/68 Henrique Almeida
Odacir Soares	RO-3218/19 Lourival Baptista
Elcio Alvares	ES-3131/32 João Rocha
	PSDB
Eva Blay	SP-3119/20 Almir Gabriel
Jutahy Magalhães	BA-3171/72 Teotônio Vilela Filho
Mário Covas	SP-3177/78 Vago
	PTB
Luiz Alberto	PR-4059/60 Affonso Camargo
Carlos De'Carli	AM-3079/80 Louremberg N. Rocha
	PDT
Magno Bacelar	MA-3073/74 Lavoisier Maia
	PRN
Aureo Mello	AM-3091/92 Ney Maranhão
	PDC
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74 Gerson Camata
	PDS
Esperidião Amin	SC-4206/07 Jarbas Passarinho
	PP
Pedro Teixeira	DF-3127/28 João França

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes - Ramais 3972 e 3987
Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa
Anexo das Comissões - Ramal 4315

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)
Presidente: Beni Veras
Vice-Presidente: Lourival Baptista

Titulares	Suplentes
	PMDB
Amir Lando	RO-3111/12 Aluizio Bezerra
Antônio Mariz	PB-4345/46 João Calmon
César Dias	RR-3064/65 Onofre Quinan
Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/60 Pedro Simon
Divaldo Suruagy	AL-3180/85 José Fogaça
Juvêncio Dias	MA-3050/4393 Ronan Tito
Ronaldo Aragão	RR-4052/53 Nelson Carneiro
	PFL
	GO-3148/49
	RS-3230/32
	RS-3077/78
	MG-3038/39
	RJ-3209/10

Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	Iram Saraiva	GO-3133/34
Marcio Lacerda	MT-3029	Vago	
Vago		Vago	
	PFL		
Lourival Baptista	SE-3027/28	Dario Pereira	RN-3098/99
João Rocha	TO-4071/72	Alvaro Pacheco	PI-3085/87
Odacir Soares	RO-3218/19	Bello Parga	MA-3069/70
Marco Maciel	PE-3197/99	Hydekkel Freitas	RJ-3082/83
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Elcio Alvares	ES-3131/32
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Guilherme Palmeira	AL-3245/46

	PSDB		
Almir Gabriel	PA-3145/46	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Beni Veras	CE-3242/43	Eva Blay	SP-3117/18
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio V. Filho	AL-4093/94

	PTB		
Marluce Pinto	RO-4062/63	Valmir Campelo	DF-3188/89
Affonso Camargo	PR-3062/63	Luiz Alberto Oliviera	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Carlos De'Carli	AM-3079/81

	PDT		
Lavoisier Maia	RN-3240/41	Nelson Wedekin	SC-3151/53

	PRN		
Saldanha Derzi	MS-4215/16	Ney Maranhão	PE-3101/02
Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56

	PDC		
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Moisés Abrão	TO-3136/37

	PDS		
Lucídio Portella	PI-3055/57	Jarbas Passarinho	PA-3022/23

	PSB / PT		
Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25

	PP		
Pedro Teixeira	DF-3127/28	Meira Filho	DF-3221/22

Secretário: Luiz Cláudio/Vera Lúcia
Telefones: Secretaria: 3515/16/4354/3341
Sala de reuniões: 3652
Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.
Sala nº 09 - Ala Alexandre Costa

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)
Presidente: João Rocha
Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares	Suplentes		
	PMDB		
Ronan Tito	MG-3038/39/40	Mauro Benevides	CE-3194/95
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	José Fogaça	RS-3077/78
Ruy Bacelar	BA-3161/62	Flaviano Melo	AC-3493/94
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Cid S. de Carvalho	CE-3058/59
César Dias	RO-3064/65/66	Juvêncio Dias	PA-3050/4393
Mansueto de Lavor	PE-3182/83/84	Pedro Simon	RS-3230/32
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Gilberto Miranda	AM-3104/05	João Calmon	ES-3154/56
Onofre Quinan	GO-3148/50	Wilson Martins	MS-3114/15
	PFL		
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Odacir Soares	RO-3218/19
Raimundo Lira	PB-320/02	Bello Parga	MA-3069/70
Henrique Almeida	AP-3191/92/93	Alvaro Pacheco	PI-3085/87
Dario Pereira	RN-3098/99	Elcio Alvares	ES-3131/32
João Rocha	MA-4071/72	Josaphat Marinho	BA-3173/75

	PSDB		
Beni Veras	CE-3242/43/44	Almir Gabriel	PA-3145/47
José Richa	PR-3163/64	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Marcelo Covas	SP-3177/78	Vago	

	PTB		
Afonso Camargo	PR-3062/63	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36
Valmir Campelo	DF-3188/89/4061	Luiz A. Oliveira	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Marluce Pinto	RO-4062/63

	PDT		
Magno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40

	PRN		
Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-4215/18
Levy Maranhão	PE-3101/02	Aureo Mello	AM-3091/92

	PDC		
Moisés Abrão	GO-3136/37/3522	Gerson Camata	ES-3203/04

	PDS		
Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24

	PP		
Meira Filho	DF-3222/05	Irapuan C. Júnior	GO-3089/90

	PT/PSB		
Duinaldo Suplicy	3213/15/16	José Paulo Bisol	3224/25

Secretário: Dirceu Vieira M. Filho
 Ramais: 311-3515/3516/4354/3341
 Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas
 Local: Sala das Comissões; Ala Senador Alexandre Costa _ Ramal 4344

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL _ CRE

(19 Titulares e 19 Suplentes)
 Presidente: Alfredo Campos
 Vice-Presidente: Hydekél Freitas

Titulares	Suplentes
PMDB	
Jonas Tito	MG-3039/40
Alfredo Campos	MG-3237/38
Dirceu Carneiro	RJ-3209/10
IVALDO SURUAGY	AL-3185/86
João Calmon	ES-3154/55
Magno Bacelar	BA-3160/61
Mauro Benevides	CE-3052/53
Flaviano Melo	AC-3493/94
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Mansueto de Lavor	PE-3182/83
Gilberto Miranda	AM-3104/05
Cesar Dias	RR-3064/65

PFL	
Guilherme Palmeira	AL-3245/46
Hydekél Freitas	RS-3064/65
Survival Baptista	SE-3027/28
Ilvoro Pacheco	PI-3085/86
Francisco Rollemberg	SE-3032/34
Josaphat Marinho	BA-3173/74
Raimundo Lira	PB-3200/3201
Marco Maciel	PE-3197/98

PSDB	
Dirceu Carneiro	SC-3179/80
José Richa	PR-3163/64
Jutahy Magalhães	BA-3171/72
Eva Blay	SP-3119/20

PTB	
Luiz A. Oliveira	PR-4058/59
Marluce Pinto	RR-4062/63
Valmir Campelo	DF-3188/89
Jonas Pinheiro	AP-3206/07

PDT	
Aracy Ribeiro	RJ-4230/31
Magno Bacelar	MA-3074/75

PRN	
Albano Franco	SE-4055/56
Saldanha Derzi	MS-3255/4215

	PDC		
Gerson Camata	ES-3203/04	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74

	PP		
Irapuan Costa Júnior	3088/3089	Pedro Teixeira	3127/3128

	PDS		
Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Lucídio Portella	PI-3055/56

Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos
 Ramais: 3496 e 3497
 Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas
 Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3546

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA _ CI

(23 Titulares e 23 Suplentes)
 Presidente: Dario Pereira
 Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

Titulares	Suplentes
PMDB	
Flaviano Melo	AC-3493/94
Mauro Benevides	CE-3194/95
Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Onofre Quinan	GO-3148/49
Gilberto Miranda	AM-3104/05
Alfredo Campos	MG-3237/38
Marcio Lacerda	MT-3029/30
Vago	
Amir Lando	RO-3110/11
Ruy Bacelar	BA-3161/62
Ronaldo Aragão	RR-4052/53
Ronan Tito	MG-3039/40
Juvêncio Dias	PA-3050/53
Antonio Mariz	PB-4345/46
Wilson Martins	MS-4345/46
Vago	

PFL	
Dario Pereira	RN-3098/99
Henrique Almeida	AP-3191/92
Elcio Alvares	ES-3131/32
Bello Parga	MA-3069/72
Hydekél Freitas	RJ-3082/83
Raimundo Lira	PB-3201/02
João Rocha	TO-4071/72
Carlos Patrocínio	TO-4068/69
Guilherme Palmeira	AL-3245/46
Vago	

PSDB	
Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Teotônio V. Filho	AL-4093/94
José Richa	PR-3163/64
Beni Veras	CE-3242/43
Jutahy Magalhães	BA-3171/72
Vago	

PTB	
Lourenberg N. R.	MT-3035/36
Marluce Pinto	RR-4062/63
Afonso Camargo	PR-3062/63

PDT	
Lavoisier Maia	RN-3239/40
Magno Bacelar	BA-3074/75

PRN	
Saldanha Derzi	MT-4215/18
Albano Franco	SE-4055/56

PDC	
Gerson Camata	ES-3203/04
Moisés Abrão	TO-3136/37

PDS	
Lucídio Portella	PI-3055/56
Esperidião Amin	SC-4206/07

PP	
João França	RR-3067/68
Meira Filho	DF-3221/22

Secretário: Celson Parente _ Ramais 3515 e 3516
 Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas
 Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3286

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO _ CE

(27 Titulares e 27 Suplentes)
Presidente: Valmir Campelo
Vice-Presidente: Juvêncio Dias

Titulares	Suplentes
PMDB	
João Calmon	ES-3154/55
Flaviano Melo	AC-3493/94
Mauro Benevides	CE-3052/53
Wilson Martins	MS-3114/15
Juvêncio Dias	PA-3050/4393
Mansueto de Lavor	PE-3182/83
José Fogaca	RS-3077/78
Pedro Simon	RS-3230/31
Iram Saraiva	GO-3134/35
PFL	
Josaphat Marinho	BA-3173/74
Marco Maciel	PE-3197/98
Alvaro Pacheco	PI-3085/86
Raimundo Lira	PB-3201/02
Bello Parga	MA-3069/72
PSDB	
Almir Gabriel	PA-3145/46
Eva Blay	SP-3119/20
Teotônio V. Filho	AL-4093/94
Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/59
Antônio Mariz	PB-4345/46
Onofre Quinan	GO-3148/49
Marcio Lacerda	RJ-3029/30
Ronaldo Aragão	RO-4052/53
Amir Lando	RO-3110/11
Ruy Bacelar	BA-3160/61
Alfredo Campos	MG-3237/38
Nelson Carneiro	RJ-3209/10
Dario Pereira	RN-3098/99
Odacir Soares	RO-3218/19
Francisco Rollemberg	SE-3032/33
Carlos Patrocínio	TO-4058/68
Henrique Almeida	AP-3191/92
Beni Veras	CE-3242/43
Mário Covas	SP-3177/78
José Richa	PR-3163/64

PTB

Valmir Campelo	DF-3188/89	Luiz A. Oliveira	PR-4058/59
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Mariuce Pinto	RR-4062/63
Louremberg N. R.	MT-3035/36	Carlos De' Carli	AM-3079/80

PDT

Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magno Bacelar	MA-3074/75
---------------	------------	---------------	------------

PRN

Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56
Ney Maranhão	PE-3101/02	Saldanha Derzi	MS-4215/18

PDC

Moisés Abrão	TO-3136/37	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
--------------	------------	--------------------	------------

PDS

Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Esperidião Amin	SC-4206/07
-------------------	------------	-----------------	------------

PP

Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-3067/68
-------------	------------	-------------	------------

PT/PSB

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
-----------------	------------	------------------	------------

Secretária: Mônica Aguiar Inocente

Ramais: 3496/3497

Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas

Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa _ Ramal 3121